

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CUIABÁ ESPORTE CLUBE – SOCIEDADE ANONIMA DO FUTEBOL

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Ref: 13/2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração dos resultados	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
1 Informações gerais	11
2 Aprovação das demonstrações financeiras	11
3 Resumo das principais práticas	11
4 Novas normas, revisões e interpretações emitidas vigentes e ainda não vigentes	11
5 Declaração de conformidade	11
6 Estimativas e julgamentos críticos	12
7 Conversão de moeda estrangeira	12
8 Caixa e equivalentes de caixa	12
9 Instrumentos financeiros	13
10 Intangível	14
11 Imobilizado	15
12 Outras contas a receber (Circulante e não circulante)	15
13 Fornecedores e outras contas a pagar	15
14 Provisões	15
15 Empréstimos e financiamentos	16
16 Tributação Especial do Futebol	16
17 Reconhecimento da receita	16
18 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	17
18.1 Fatores de risco	17
19 Caixa e equivalente de caixas	19
20 Contas a receber	19
21 Impostos a recuperar	19
22 Outros créditos	19
23 Imobilizado	20
24 Intangível	21
25 Fornecedores e outras obrigações	21
26 Empréstimos e financiamentos	21
27 Obrigações sociais e provisões	22
28 Obrigações tributárias	22
29 Capital social	22
30 Receitas operacionais	23
31 Despesas operacionais	23
32 Provisão para contingências e depósitos judiciais	23

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da
CUIABÁ ESPORTE CLUBE – SOCIEDADE ANONIMA DO FUTEBOL

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **CUIABÁ ESPORTE CLUBE – SOCIEDADE ANONIMA DO FUTEBOL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CUIABÁ ESPORTE CLUBE – SOCIEDADE ANONIMA DO FUTEBOL**., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades desportivas (ITG 2003(R1)).

Base para opinião com ressalva

O Clube possui gastos relacionados diretamente com a atividade de futebol, os quais foram reconhecidos, no exercício de 2022, em despesas administrativas, ao invés da rubrica de Custos Operacionais. Não foi possível mensurarmos o efeito dessa reclassificação na demonstração do resultado nas circunstâncias.

O Clube não concluiu as análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo desta depreciação, em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, assim como não possui controle individualizado do ativo imobilizado. Também não avaliou o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, conforme facultado pela NBC TG 1000 – nas seções 17 e 35. Não foi possível mensurarmos o efeito no patrimônio social e demonstração de resultados nas circunstâncias.

O Clube possui gastos diretamente relacionados com a formação de atletas, registrados em seu ativo imobilizado, sob a referência “Atletas em formação”, no montante de R\$ 4.460.762, em 31 de dezembro de 2022. Considerando que o clube ainda está desenvolvendo controles e critérios para mensuração do valor recuperável do referido ativo intangível, não houve o reconhecimento da amortização para esse exercício, razão pela qual não foi possível concluirmos sobre a adequação do referido saldo nas demonstrações contábeis, bem como os respectivos efeitos no resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às desportivas (ITG 2003 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Empresa são aqueles com a responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimentos dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com a base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório para respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 03 de fevereiro de 2023.

Poleza Auditores Independentes
CRC (SC) nº 007.718/O-0 "S" MT

Alexandre Poleza
Contador CRC (SC) nº 027461/O-4 "S" MT

CUIABÁ ESPORTE CLUBE – SOCIEDADE ANONIMA DO FUTEBOL**Balanco patrimonial**
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	19	3.429.558	635.007
Contas a receber de clientes	20	403.812	-
Impostos a recuperar	21	123.227	23.020
Adiantamentos	22	1.590.002	600
Total do ativo circulante		5.546.599	658.627
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	23	16.994.010	11.320.941
Intangível	24	7.751.733	344.886
Total do ativo não circulante		24.745.743	11.665.827
Total do ativo		30.292.342	12.324.454

“As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.”

CUIABÁ ESPORTE CLUBE – SOCIEDADE ANONIMA DO FUTEBOL

Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em reais)

PASSIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	25	2.870.999	660.915
Salários, férias e encargos sociais	27	1.007.102	768.989
Obrigações Tributárias	28	1.303.669	1.051.124
Provisões	27	-	310.306
Empréstimos e Financiamentos	26	339.993	8.389.024
Outras obrigações	25	-	1.951.958
Total do passivo circulante		5.521.763	13.132.316
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	26	536.861	748.897
Provisões p/ contingências	32	1.519.779	1.519.779
Total do passivo não circulante		2.056.640	2.268.676
PATRIMÔNIO LIQUIDO			
Capital social realizado	29	10.000	10.000
Lucros ou Prejuízos Acumulados		22.703.939	(3.086.538)
Total Patrimônio Líquido		22.713.939	(3.076.538)
Total do passivo e do patrimônio líquido		30.292.342	12.324.454

“As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.”

CUIABÁ ESPORTE CLUBE – SOCIEDADE ANONIMA DO FUTEBOL**Demonstração dos resultados**
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	30	123.737.941	63.715.302
Custo Operacionais		-	-
Lucro bruto		123.737.941	63.715.302
(Despesas) receitas operacionais			
Vendas	31	(15.267)	(92.731)
Administrativas	31	(98.057.642)	(65.996.978)
Despesas Tributárias		(153.237)	(226.212)
Despesas financeiras		(588.903)	(891.795)
Receitas financeiras		842.585	27.261
Outras Receitas/(Despesas)		25.000	(1.519.779)
		(97.947.464)	(68.700.235)
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício		25.790.477	(4.984.932)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras".

CUIABÁ ESPORTE CLUBE – SOCIEDADE ANONIMA DO FUTEBOL**Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em reais)**

	Capital Social	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	10.000	1.898.394	1.908.394	(158.822)
Prejuízo do Exercício	-	(4.984.932)	(4.984.932)	(4.984.932)
Resultado Abrangente Total	-	(4.984.932)	(4.984.932)	(4.984.932)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	10.000	(3.086.538)	(3.076.538)	(4.984.932)
Lucro do Exercício	-	25.790.477	25.790.477	25.790.477
Resultado Abrangente Total	-	25.790.477	25.790.477	25.790.477
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	10.000	22.703.939	22.713.939	25.790.477

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras".

CUIABÁ ESPORTE CLUBE – SOCIEDADE ANONIMA DO FUTEBOL
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em reais)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Ajustado	28.461.455	(1.881.964)
Resultado do Exercício	25.790.477	(4.984.932)
Depreciações e Amortizações	2.670.978	1.583.189
Provisão Para Contingências	-	1.519.780
Variações no Ativo e Passivo	(1.654.943)	159.093
(Aumento)/redução nas contas a receber	(403.812)	41.355
(Aumento)/redução nos Impostos a recuperar	(100.207)	(23.000)
Redução (aumento) Adiantamentos	(1.589.402)	27.805
Redução (aumento) Contas a Pagar	2.210.084	617.504
Obrigações Tributárias e parcelamentos impostos	252.545	651.871
Obrigações Sociais	(72.193)	232.070
Redução (aumento) Outras Obrigações	(1.951.958)	(1.388.512)
CAIXA LIQUIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	26.806.512	(1.722.871)
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(15.750.894)	(6.807.553)
Ativos Imobilizados	(6.100.994)	(6.312.554)
Ativos Intangível	(9.649.900)	(494.999)
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(8.261.067)	9.137.921
Empréstimos e Financiamentos	(8.261.067)	9.137.921
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES	2.794.551	607.497
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	2.794.551	607.497
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	635.007	27.510
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.429.558	635.007

As Notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

A Clube tem por objetivo social a preparação de atletas na modalidade de futebol profissional e amador, fomento de atividades relacionadas com a prática do futebol, nas modalidades feminino e masculino, organização de espetáculos esportivos, sociais e culturais e holdings não financeiras e a participação em outra sociedade, como sócia ou acionista, cujo objetivo seja conexo ao futebol.

A Clube tem sede na Avenida Ayrton Senna da Silva, 403, Bairro Distrito Industrial na cidade de Cuiabá, no estado do Mato Grosso, CEP 78.098-282.

A clube, na data de 13 de dezembro de 2021, aprovou através da 10ª ata de alteração do contrato social e transformação do tipo jurídico de Cuiabá Esporte Clube Ltda. para Cuiabá Esporte Clube Sociedade Anônima do Futebol (SAF), a qual passará a ser regida pela Lei 14.193, de 06 de agosto de 2021 (“Lei do Clube Empresa”) e, subsidiariamente, pela Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de janeiro de 2023.

3 Resumo das principais práticas

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

4 Novas normas, revisões e interpretações emitidas vigentes e ainda não vigentes

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

5 Declaração de conformidade

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicáveis a pequenas e médias Empresas (NBC TG 1000) e resolução do Conselho Federal de Contabilidade, específicas para entidades desportivas (ITG 2003(R1)). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração de instrumentos financeiros ao seu valor justo, quando houver. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, que, no caso de ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

6 Estimativas e julgamentos críticos

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são:

- Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- Impairment dos ativos imobilizados;

No entendimento da administração da Empresa, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

7 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Empresa.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

8 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

9 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

Conforme os requerimentos da Seção 11 do CPC PME - Pronunciamento Contábil Pequenas e Médias Empresas, a Empresa mensura ativos financeiros básicos e passivos financeiros básicos ao custo amortizado deduzido de perda por redução ao valor recuperável.

São contabilizados os instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar.

O reconhecimento inicial se dá quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro.

Mensuração inicial

Quando um ativo ou um passivo financeiro é reconhecido, a Empresa avalia pelo custo da operação (incluindo os custos de transação, exceto na mensuração inicial de ativos e passivos financeiros, que são avaliados pelo valor justo por meio do resultado), a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Se o acordo constitui uma transação financeira, a Empresa avalia os ativos e passivos financeiros com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante.

Mensuração subsequente

Ao final de cada exercício de divulgação, a Empresa avalia os instrumentos de dívida com base no custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os instrumentos de dívida que são classificados como ativos ou passivos circulantes são avaliados com base no valor não descontado de caixa ou outra consideração que se espera deve ser paga ou recebida (ou seja, líquido de reduções ao valor recuperável).

Compromissos de receber empréstimo são avaliados com base no custo (que às vezes é nulo) menos reduções ao valor recuperável.

Desreconhecimento (baixa) de ativo financeiro

A Empresa desreconhece (baixa) um ativo financeiro apenas quando:

- (i) os direitos contratuais para os fluxos de caixa do ativo financeiro vençam ou sejam liquidados; ou
- (ii) a Empresa transfira para outra parte praticamente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro; ou
- (iii) a Empresa, apesar de ter retido alguns riscos e benefícios relevantes da propriedade, transferiu o controle do ativo para outra parte e a outra parte tem a capacidade prática de

vender o ativo na íntegra para terceiros não relacionados, e é capaz de exercer essa capacidade unilateralmente, sem precisar impor restrições adicionais à transferência.

Nesse caso, a Empresa deve:

- (i) desreconhecer o ativo; e
- (ii) reconhecer separadamente quaisquer direitos e obrigações retidos ou criados na transferência.

O valor contábil do ativo transferido é alocado entre os direitos ou as obrigações retidas e aqueles transferidos, com base em seu valor justo relativo na data da transferência. Direitos e obrigações recém criados são avaliados com base em seus valores justos naquela data. Qualquer diferença entre a contraprestação recebida e o valor reconhecido e desreconhecido segundo este item é reconhecida como resultado no período da transferência.

A Empresa não possui instrumentos de hedge ou derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

Impairment de instrumentos financeiros

A Empresa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

10 Intangível

O Intangível é composto, principalmente, por direitos econômicos de atletas profissionais. Nessa rubrica estão registrados os gastos incorridos com atletas profissionais. A amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência do contrato.

11 Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelos seus valores de custos, deduzidos da respectiva depreciação. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Terrenos não são depreciados. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

São também registrados os custos com a formação de atletas da categoria de base e a profissionalização dos atletas.

12 Outras contas a receber (Circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

13 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

14 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC PME e consideram premissas definidas pela administração da Empresa e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

16 Tributação Especial do Futebol

Conforme Lei 14.193 de 6 de agosto de 2021, foi instituído o percentual de 5% sobre as receitas mensais recebidas em substituição aos seguintes impostos e contribuições:

- I – Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ);
- II – Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep);
- III – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e
- IV – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);

17 Reconhecimento da receita

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes, destacando-se o seguinte:

A receita de contrato é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Clube espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O Clube conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, excetuando-se os serviços de compras relacionados abaixo, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los.

Receita de repasse de direitos profissionais sobre atletas

Receitas com repasses de direitos federativos são contabilizadas no momento em que os contratos são assinados e/ou os direitos profissionais sobre atleta são transferidos ao outro clube.

Receita de mecanismo de solidariedade

Decorrente do recebimento de um percentual destinado de todos os valores pagos pelas transferências internacionais dos atletas ao clube que participou de sua formação, conforme previsto no artigo 21 do Regulamento de Transferências da FIFA com o intuito de beneficiar os clubes formadores e de compensá-los financeiramente. Considerando que os detalhes

contratuais de cada transação de venda de direitos profissionais sobre atletas não são de conhecimento público, o processo de solidariedade é efetuado através da FIFA, que centraliza a captura das informações junto ao Clubes, calcula os montantes devidos e informa aos Clubes formadores. Portanto, somente neste momento os valores passam a ser conhecidos, mensuráveis e as respectivas receitas reconhecidas.

Receita com direito de transmissão de jogos

As receitas com direito de transmissão de jogos são contabilizadas com base nos contratos celebrados com as Clubes de mídia detentoras desses direitos e reconhecidas em conformidade com a competência dos eventos vinculados a esses contratos.

Receitas de publicidade (Patrocínios diretos)

As receitas com patrocínios diretos são contabilizadas por competência com base nos contratos celebrados com os respectivos patrocinadores, de acordo com a vigência estipulada para veiculação de sua marca junto ao Clube.

Receitas de royalties (Licenciamento de produtos)

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência, de acordo com a metodologia e taxas percentuais definidas nos contratos celebrados com os franqueados.

Receitas com associados

A receita com associados é reconhecida pelo regime de competência, de acordo com a metodologia e taxas percentuais definidas pelo Clube,

Receitas de bilheteria

As receitas de bilheteria são contabilizadas com base nos borderôs dos jogos conforme a realização dos eventos.

18 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

18.1 Fatores de risco

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de taxa de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Empresa, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Empresa. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Empresa possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Empresa caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

A gestão de risco de crédito da Empresa em relação a clientes adota como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de seus clientes, além do acompanhamento permanente da carteira em aberto.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros ou, ainda, nos preços dos serviços comercializados pela Empresa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações das taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As aplicações financeiras contratadas sofrem valorização com base na variação do CDI, sendo os encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas pelo mercado.

19 Caixa e equivalente de caixas

	2022	2021
Caixa	908	1.854
Bancos Conta Movimento	3.425.633	632.700
Aplicações Financeiras	3.017	453
Total de Caixa e Equivalentes	3.429.558	635.007

20 Contas a receber

	2022	2021
Clientes	403.812	-
Total	403.812	-

21 Impostos a recuperar

	2022	2021
IRPJ a Compensar	14.374	14.374
CSLL a Compensar	8.643	8.643
IRRF a Recuperar	100.210	3
Total	123.227	23.020

22 Outros créditos

	2022	2021
Adiantamento Férias	1.253.803	600
Adiantamento a Fornecedores	336.199	-
Adiantamentos Diversos	1.590.002	600

23 Imobilizado

	Terrenos	Edificações Em andamento	Máquinas e Equip.	Equip. de Informática	Móveis e Utensílios	Formação de Atletas	Total
Taxa Anual de depreciação Fiscal	0%		10%	20%	10%		
Em 31 de Dezembro de 2020							
Custo	5.510.000	-	476.059	41.830	68.709	387.943	6.484.541
Depreciação Acumulada	-	-	(54.967)	(7.820)	(13.987)	-	(76.774)
Valor Líquido Contábil	5.510.000	-	421.092	34.010	54.722	387.943	6.407.767
Saldo Inicial	5.510.000	-	421.092	34.010	54.722	387.943	6.407.767
Adições	4.707	1.597.642	3.185.280	23.561	6.745	1.522.318	6.340.253
Baixas	-	-	(27.700)	-	-	-	(27.700)
Depreciação/Amortização	-	-	(251.434)	(11.107)	(7.135)	(1.129.703)	(1.399.379)
Saldo Final	5.514.707	1.597.642	3.327.238	46.464	54.332	780.558	11.320.941
Em 31 de Dezembro de 2021							
Custo	5.514.707	1.597.642	3.633.639	65.391	75.454	1.910.261	12.797.094
Depreciação Acumulada	-	-	(306.401)	(18.927)	(21.122)	(1.129.703)	(1.476.153)
Valor Líquido Contábil	5.514.707	1.597.642	3.327.238	46.464	54.332	780.558	11.320.941
Saldo Inicial	5.514.707	1.597.642	3.327.238	46.464	54.332	780.558	11.320.941
Adições	-	1.858.405	560.117	11.264	11.004	3.843.720	6.284.510
Baixas	-	-	(20.000)	-	-	(163.516)	(183.516)
Depreciação/Amortização	-	-	(405.427)	(14.037)	(8.461)	-	(427.925)
Saldo Final	5.514.707	3.456.047	3.461.928	43.691	56.875	4.460.762	16.994.010
Em 31 de Dezembro de 2022							
Custo	5.514.707	3.456.047	4.173.756	76.655	86.458	5.590.465	18.898.088
Depreciação Acumulada	-	-	(711.828)	(32.964)	(29.583)	(1.129.703)	(1.904.078)
Valor Líquido Contábil	5.514.707	3.456.047	3.461.928	43.691	56.875	4.460.762	16.994.010

24 Intangível

	2022	2021
Direitos Econômicos	10.194.900	545.000
(Amortizações)	(2.443.167)	(200.114)
Total	7.751.733	344.886

Movimentação do intangível

Direitos econômicos em 31 de dezembro de 2020	33.696
Adições	295.000
(Amortizações/ajustes)	16.190
Direitos econômicos em 31 de dezembro de 2021	344.886
Adições	9.649.900
(Amortizações)	(2.243.053)
Direitos econômicos em 31 de dezembro de 2022	7.751.733

25 Fornecedores e outras obrigações

	2022	2021
Contas a Pagar Fornecedores	2.870.999	660.915
Contas a Pagar Fornecedores	2.870.999	660.915
Diversas Contas a Pagar	-	1.951.958
Total Contas a Pagar	2.870.999	2.612.873

26 Empréstimos e financiamentos

	2022	2021
Circulante		
Financiamento Sicredi	-	15.339
Contrato de Mútuo Aron Dresch	120.000	120.000
Financiamento Banco de D. Econômico	66.885	68.000
Contrato de Mútuo Manoel Dresch	-	2.000.000
Contrato de Mútuo Borrachas Drebor	-	6.025.000
Financiamento Sicredi Veiculo Pesado	41.441	47.807
Finame CBA1	118.033	120.000
(-) Juros Emprest. Sicredi Veiculo Passeio	-	(756)
(-) Juros Emprest. Sicredi Veiculo Pesado	(6.366)	(6.366)
Total Circulante	339.993	8.389.024
Não Circulante		
Financiamento Sicredi Veiculo Pesado	8.370	41.855
Finame CBA1 LP	341.967	460.000
Finame CBA2 LP	188.115	255.000
(-) Juros Emprest. Sicredi Veiculo Pesado	(1.591)	(7.958)
Total Não Circulante	536.961	748.897
Total Empréstimos e Financiamentos	876.854	9.137.921

Taxas de Juros

	2022	2021
Finame	12,12%	12,12%
Finame	2,65%	2,65%
Financiamento Veículo	0,79%	0,79%
Financiamento Veículo. Pesado	0,99%	0,99%

27 Obrigações sociais e provisões

	2022	2021
Salários a pagar	331.571	547.804
FGTS a pagar	389.065	107.142
INSS a pagar	286.466	114.043
Total de Salários e Encargos	1.007.102	768.989
Provisão 1/3 s/ Férias	-	67.731
Provisão de férias	-	203.279
Provisão FGTS Férias	-	21.681
Provisão INSS Férias	-	17.615
Total de Provisões	-	310.306

28 Obrigações tributárias

	2022	2021
IRRF a Recolher - Pessoa Física	932.284	775.620
IRRF a Recolher - Pessoa Jurídica	27.074	871
PCC a recolher	45.495	9.440
COFINS a Pagar	1.555	217.892
PIS a Pagar	318	47.301
Tributação especial futebol	296.741	-
ISS a pagar	202	-
Total de Obrigações Tributárias	1.303.669	1.051.124

29 Capital social

O capital social é de 10.000,00 (dez mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional, divididas em 10.000 (dez mil) ações, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

30 Receitas operacionais

	2022	2021
Outras Receitas	27.033.759	17.182.622
Receita com Bilheteria	13.248.101	3.939.578
Receita com Publicidade/Propaganda	5.500.100	8.808.553
Receitas Cotas de TV	87.560.833	39.802.404
Serviços Prestados	-	453.964
(-) Deduções Receitas	(9.604.852)	(6.471.819)
Total de Receitas Operacionais	123.737.941	63.715.302

Em 2022, conforme Lei 14.193, que instituiu a Sociedade Anônima do Futebol, foi definida o percentual de 5% sobre as receitas recebidas como unificação dos tributos (IRPJ, CSLL, PIS e Cofins), totalizando em 2022 o montante de R\$ 6.501.788,

31 Despesas operacionais

	2022	2021
Despesas Trabalhistas	(66.878.018)	(44.272.586)
Despesa Futebol Profissional	(15.181.838)	(8.047.198)
Encargos Sociais	(3.628.447)	(1.506.793)
Despesas Gerais	(12.369.340)	(12.170.401)
Despesas Gerais Com Vendas	(15.266)	(92.731)
Total de Despesas Operacionais	(98.072.909)	(66.089.709)

32 Provisão para contingências e depósitos judiciais

O Clube é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, sendo essas discussões, quando aplicável, amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as eventuais perdas estão provisionadas sobre a rubrica de provisão para contingências no montante de R\$ 1.519.779 no quais estão classificadas como provável pelos assessores jurídicos. Adicionalmente, no exercício de 2022, há o montante de R\$ 70.000 classificados como possíveis.